BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Novembro-Dezembro de 2007 ISSN 21759103 37

Boletim Número 37
Data: Novembro-Dezembro/2007

EDITORIAL

Após um ano desde que lançamos o último número de nosso Boletim, cuja interrupção foi resultado de uma série de contingências nas quais nos vimos envolvidos e que demandaram a totalidade dos esforços e do empenho de nossa equipe. Começamos 2006 com a UERJ em greve contra o processo de sucateamento que vivia, resultado de anos de contingenciamento dos repasses das verbas estaduais e do achatamento salarial de seus servidores e da remuneração dos bolsistas. Foi nesse clima de indignação e mobilização que aceitamos o desafio de organizar, em parceria com outros programas de pesquisa e extensão da Universidade, o I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado na UERJ entre os dias 25 e 27 de outubro.

Entramos agora em 2007 comprometidos com a retomada da peridiocidade de nosso informativo.
O Boletim PROEALC nº 34 vem a público saudando não apenas o restabelecimento deste compromisso como também a sua renovação. Ele está com uma nova editoração, mais bonito e esperamos que com a leitura ainda mais agradável. Para saudar este recomeço estamos também inaugurando o novo site do Programa. Para acessá-lo basta se dirigir ao endereço eletrônico www.proealc.uerj.br.

Este número do Boletim, como não podia deixar de ser, traz consigo uma síntese do ano que passou. Ano, como dissemos, de muitas lutas e apesar de todas as dificuldades, de importantes resultados. A primeira matéria, “A Integração latino-americana em questão”, escrita por Deborah S. Freire e Rafael O. dos Santos, faz um balanço dos últimos processos eleitorais desenrolados na América Latina. A vitória de candidatos afinados em torno de um discurso que propõe a integração soberana dos países latino-americanos, tem colocado em evidência novas perspectivas para os países da região. Através da matéria os autores buscam mapear quais são elas e quais são seus limites e suas possibilidades.

A segunda matéria é uma transcrição da palestra proferida pelo Prof. Noam Chomsky perante o Boston Meeting of Mass Global Action, em 15 de dezembro de 2006, publicado no site da Agência Carta Maior. Nesta, o renomado lingüista avalia o encontro dos líderes sul-americanos, ocorrido na cidade boliviana de Cochabamba, nos dias 09 e 10 de dezembro passado. Na mesma direção que os autores da matéria anterior, ele irá avaliar as novas possibilidades colocadas para a integração da América Latina, mais de 500 anos depois da chegada dos Europeus. Dando continuidade à esta temática, publicamos em seguida um texto do professor Emir Sader que, escrito ao final de 2006, traça uma reflexão na qual contrapõe à Área Livre de Comércio das Américas (ALCA) as possibilidades do Mercosul e da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Atual, o texto de Sader mostra que o esgotamento das políticas neoliberais na região abriu um campo de alternativas a dominação imposta pelos países do centro do sistema capitalista, impulsionadas graças a um deslocamento de forças que se dá, no seu entender, a partir das vitórias de Hugo Chávez na Venezuela, Luis Inácio Lula da Silva no Brasil e Tabaré Vazquez, no Uruguai.

Renata Mena Brasil do Couto, Talita Freire Moreira e Verônica Massari Calvente escrevem sobre o I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, reproduzindo uma breve descrição das atividades e um pequeno balanço do impacto do evento.

A Agenda de Atividades ficou sob responsabilidade de Viviane de S. Baptista e Pedro Henrique S. de Souza. Nesta seção o leitor e a leitora poderão encontrar os eventos acadêmicos e de outros tipos para todos que se interessam com a temática latino-americana. Esperamos que todos façam uma boa leitura e que contribuam conosco nos retornando suas impressões e nos ajudando a divulgar este Boletim.

Um abraço fraterno,

Profa. Silene de Moraes Freire

Destaque

O I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje

Renata Mena Brasil do Couto, Talita Freire Moreira e Verônica Massari Calvente*

Em 2006 a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi palco da realização do "I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje", nos dias 25, 26 e 27 de outubro, que teve como um de seus principais objetivos discutir o cenário atual da desigualdade na América Latina. A atividade contou com mais de 1500 pessoas, entre elas estudantes de graduação, de pós-graduação, professores e outros profissionais ligados à área de Direitos Humanos.

O seminário foi realizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), sob a coordenação geral da Profª Drª Silene de Moraes Freire, em parceria com outros programas de pesquisa e de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além das parcerias acadêmicas, o seminário contou com o apoio das editoras Boitempo, Revan e Vozes; e o financiamento de instituições como Petrobrás, CEPUERJ e FAPERJ.

O I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza teve uma ampla divulgação em diferentes universidades do Brasil e da América Latina. Foram enviados folders e cartazes aos diretores das instituições de ensino e pesquisa além de terem sido publicadas notas em diferentes jornais e sites da internet. Ainda, entramos em contato com programas de extensão e pósgraduação já cadastrados no banco de dados do PROEALC. Pudemos, portanto, realizar um intercâmbio entre pesquisadores que buscam alternativas de superação das péssimas condições sociais impostas aos povos latino-americanos, unindo Universidades e organizações da sociedade civil para promover discussões permanentes sobre direitos humanos. Foram pensadas, também, propostas políticas capazes de fortalecer a defesa e a conquista de direitos na região, sempre focando o grupo que mais sofre as conseqüências da desigualdade social, a criança e o adolescente.

O Seminário abordou as principais questões que envolvem a plena efetivação dos Direitos Humanos na América Latina. Nas duas últimas décadas, período de aprofundamento das políticas neoliberais, as propostas governamentais de enfrentamento da Questão Social têm refletido em uma articulação entre políticas focalizadas e repressão, evidenciando um processo de criminalização da pobreza, que acompanha a emergência de um novo tipo de Estado - um Estado Penal - que vai ganhando contornos cada vez mais nítidos.

Esse contexto é corroborado pelas representações lineares construídas pela mídia em torno do "mito das classes perigosas", servindo como justificativa para o investimento massivo em uma política cada vez mais coercitiva. Além de conferências e mesas redondas, o seminário envolveu a apresentação de trabalhos e debates sobre quatro temas relacionados à questão dos direitos humanos, da violência e da pobreza, dando ênfase na situação de crianças e adolescentes na América Latina. Os trabalhos aceitos foram apresentados oralmente pelos autores, seguindo-se de debate, de acordo com a seguinte programação:

- No dia 25 de outubro ocorreu a Sessão Solene de Abertura e, na seqüência, a conferência "A Gestão da Miséria e a Questão da Cidadania na Contemporaneidade".

- No dia 26 de outubro, na parte da manhã e da tarde, aconteceram as apresentações de trabalhos dos seguintes GTs:
GT I: Direitos Humanos e Criminalização da Questão Social na América Latina
GT II: Cidadania e Direitos Humanos no Mercosul
GT III: Políticas Sociais de Proteção a Crianças e Adolescentes na América Latina

GT IV:Direitos Humanos e a questão da Violência Contra Crianças e Adolescentes na América Latina E um quinto GT onde foram realizadas trocas de experiência acerca de diferentes trabalhos desenvolvidos com crianças e adolescentes relacionados à questão dos direitos humanos.
Na programação da noite realizamos ainda a Mesa Redonda I "Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza"

- No dia 27 de outubro, pela manhã, aconteceu a sessão "Mundialização, Pobreza e Direitos Humanos: Um Debate Necessário". Na parte da tarde pudemos acompanhar a II Mesa Redonda: "A Questão da Violência contra Crianças e Adolescentes". A última atividade do dia, mas não menos importante, foi a Mesa Redonda III "Direitos Humanos e Proteção de Crianças e Adolescentes" que encerrou o I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza. Para fomentar essas discussões, a participação de especialistas na área das ciências sociais e das ciências humanas foi fundamental, pois discutiram a garantia de direitos a favor da infância e adolescência na América Latina. As conferências e mesas tiveram a presença de intelectuais de grande destaque, entre eles: Atílio Boron (CLACSO, Argentina), Vera Malaguti Baptista (Instituto Carioca de Criminologia), Emir Sader (UERJ), Miguel Serna (Universidad de La Republica, Uruguai), Cecília Coimbra (UFF e Coordenadora do Movimento Tortura Nunca Mais), Marcelo Freixo (Professor e Militante dos Movimentos de Direitos Humanos) e Carlos Juárez Centeno (Universidad Nacional de Córdoba).

Frente à relevância desse seminário, a proposta e o desdobramento do mesmo já é uma exigência dos participantes e daqueles que não puderam participar de forma mais orgânica. Assim sendo, o sucesso não se deu somente pelo número significativo de participantes, mas pelo compromisso, pois apesar da adversa conjuntura que temos enfrentado não só no cenário social brasileiro, mas também latino-americano, acreditamos em mais esse passo rumo a efetivação da cidadania.

* Bolsistas-pesquisadoras do PROEALC

Em Foco I

Perspectivas Históricas sobre o Desenvolvimento da América Latina

Noam Chomsky

No final de semana dos dias 9 e 10 de dezembro, houve um encontro, em Cochabamba, Bolívia, dos maiores líderes sul-americanos. Foi um encontro muito importante. Um indício da sua importância é que não foi noticiado. Excluindo a distribuição eletrônica [pelas agências] de notícias, virtualmente não foi noticiado. Mas todo editor ficou sabendo.

Os líderes sul-americanos concordaram em criar uma comissão de alto nível para estudar a idéia de formar uma comunidade continental similar à União Européia. Eram os presidentes e os enviados das principais nações, e havia a cúpula de dois dias do que foi chamado de Comunidade Sul-Americana de Nações, hospedada por Evo Morales, o presidente da Bolívia, em Cochabamba.

Os líderes concordaram em formar um grupo de estudo para tratar da possibilidade de criar uma união continental e mesmo um parlamento sul-americano. O resultado, segundo o relatório da AP [Associated Press], deixou o febril presidente da Venezuela, Hugo Chávez, um velho agitador daregião, com um papel maior no palco mundial, contente, mas impaciente. O relatório continua dizendo que a discussão sobre a unidade sul-americana continuaria no final deste mês [dezembro de 2006], quando o Mercosul, o bloco comercial sul-americano, tem seu encontro regular, e incluirá líderes do Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai.

Há um ponto de hostilidade na América do Sul. É entre Peru e Venezuela. Mas o artigo aponta que Chávez e o presidente peruano Alan Garcia aproveitaram a cúpula para fazer as pazes, após terem trocado insultos no começo do ano [de 2006]. Esse era o único conflito real na América do Sul no momento. E parece ter se apaziguado.

O novo presidente do Equador, Rafael Correa, propôs uma rota comercial terrestre e fluvial ligando a Floresta Amazônica brasileira à costa do Pacífico equatoriana, sugerindo que, para a América do Sul, essa pode ser algo como uma alternativa ao Canal do Panamá.

Chávez e Morales celebraram um novo projeto conjunto, a usina de processamento de gás na região rica em gás da Bolívia. É uma parceria da PDVSA (Petroleos de Venezuela SA, pronunciase "pedevesa"), a empresa petrolífera venezuelana, com a empresa estatal de energia da Bolívia.

E a coisa vai adiante. A Venezuela é o único membro latino-americano da Opep, e tem, como grande diferença, as maiores reservas de petróleo comprovadas fora do Oriente Médio. Segundo algumas medições, elas seriam comparáveis às da Arábia Saudita.

Também houve contribuições construtivas e interessantes de Lula da Silva, o presidente do Brasil, de Michelle Bachelet, do Chile, e outras. Tudo isso é extremamente importante.

É a primeira vez, desde as conquistas espanholas, 500 anos atrás, que tem havido movimentos reais em direção à integração na América do Sul. Os países permaneceram muito separados uns dos outros. E integração está vindo a ser um pré-requisito para a independência autêntica. Tem havido tentativas de independência, mas elas têm sido esmagadas, freqüentemente muito violentamente, em parte por causa da falta de apoio regional. Por haver pouca cooperação regional, eles podem ser combatidos um a um.

É o que tem ocorrido desde os anos sessenta. A administração Kennedy orquestrou um golpe no Brasil. Foi o primeiro de uma série de dominós que caíram. Estados de segurança nacional ao estilo neonazi se espalharam pelo hemisfério. O Chile foi um deles. Então houve as guerras terroristas de Reagan nos anos oitenta, as quais devastaram a América Central e o Caribe. Foi a pior praga de repressão na história da América Latina desde as conquistas originais.

Mas a integração põe a base para a independência potencial, e isso é de importância extrema. A história colonial da América Latina não apenas dividiu os países uns dos outros, ela também deixou uma divisão interna aguda no interior dos países, de cada um, entre uma pequena elite muito rica e uma enorme massa de pessoas empobrecidas. A correlação racial é muito próxima.

Tipicamente, a elite rica era branca, européia, ocidentalizada; e a massa pobre da população era: nativa, indígena, negra, misturada, e assim por diante. Era uma correlação próxima, e continua no presente.

As elites brancas, na maioria de brancos – que dirigia os países – não era muito integrada, tinha poucas relações com os outros países da região. Elas estavam orientadas ao ocidente. Pode-se ver isso de todas as maneiras. Era para onde seu capital era exportado. Era onde estavam seus lares secundários, onde os filhos iam à universidade, onde estavam as conexões culturais. E elas tinham quase nenhuma responsabilidade pelas próprias sociedades. Assim, há uma divisão muito aguda.

Pode-se ver o padrão nas importações. Importam-se sobretudo artigos de luxo. O desenvolvimento enquanto tal era na maior parte estrangeiro. A América Latina estava muito mais aberta ao investimento estrangeiro do que, digamos, o Leste Asiático. É parte da razão para seus caminhos de desenvolvimento radicalmente diferentes nas últimas duas décadas.

E, é claro, os elementos da elite eram fortemente simpáticos aos programas neoliberais dos últimos 25 anos, os quais os enriqueceram – destruíram seus países, mas os enriqueceram. A América Latina, mais do que qualquer outra região no mundo, à exceção do sul da África, aderiu rigorosamente ao assim chamado Consenso de Washington, o que levou aos programas neoliberais, fora dos Estados Unidos, nos últimos 25 ou 30 anos. E onde eles foram rigorosamente aplicados, quase sem exceção, eles levaram ao desastre. Uma correlação muito marcante. Redução aguda das taxas de crescimento e de outros índices macroeconômicos, com todos os efeitos sociais que acompanham.

De fato, a comparação com o Leste Asiático é muito marcante. A América Latina é, potencialmente, uma área muito mais rica. Quer dizer, um século atrás, era dado como certo que o Brasil seria o que era chamado de "Colosso do Sul", comparável ao Colosso do Norte. O Haiti, hoje um dos países mais pobres do mundo, era a colônia mais rica do mundo, uma fonte de muito da riqueza da França, hoje devastado, primeiro pela França, depois pelos Estados Unidos.

E a Venezuela – riqueza enorme – foi tomada pelos Estados Unidos por volta de 1920, logo no início da era do petróleo. Ela foi uma colônia inglesa, mas Woodrow Wilson escorraçou os ingleses de lá, reconhecendo que o controle do petróleo viria a ser importante, e apoiou um ditador cruel.

A coisa vai assim daquele momento até o presente, mais ou menos. Assim, os recursos e o potencial sempre estiveram presentes. Muita riqueza. Em contraste, o Leste Asiático praticamente não tem recursos, mas eles seguiram um caminho de desenvolvimento diferente. Na América Latina, as importações eram artigos de luxo para os ricos. No Leste Asiático eram bens de capital para o desenvolvimento. Eles tinham programas de desenvolvimento coordenados pelo Estado. Eles praticamente não deram atenção ao Consenso de Washington.

Controles de capital, controles sobre a exportação de capital, sociedades bastante igualitárias – autoritárias, às vezes bastante duras – com programas educacionais, programas de saúde, e assim por diante. De fato, eles seguiram boa parte dos caminhos do desenvolvimento das sociedades ricas do presente, as quais eram radicalmente diferentes das regras que estão sendo impostas ao Sul.

E assim foi na história. Você volta ao século 17, quando os centros comercial e industrial do mundo eram a China e a Índia. A expectativa de vida no Japão era maior do que na Europa. A Europa era uma espécie de posto avançado bárbaro, mas tinha vantagens, principalmente em selvageria. Ela conquistou o mundo, impôs algo como as regras neoliberais sobre as regiões conquistadas, e, para si mesma, adotou um protecionismo muito alto, bastante intervenção estatal, e assim por diante. Assim a Europa desenvolveu-se.
Os Estados Unidos, como um caso típico, tinha as taxas de importação mais altas do mundo, foi o país mais protecionista do mundo no período do seu grande desenvolvimento. De fato, em um período tão tardio quanto 1950, quando os Estados Unidos tinham literalmente a metade da riqueza do mundo, suas taxas de importação eram mais altas do que as dos países da América Latina hoje, aos quais se ordena que as reduzam.

Intervenção massiva do Estado na economia. Os economistas não falam muito sobre isto, mas a economia corrente nos Estados Unidos apóia-se muito fortemente no setor estatal. É de onde você consegue seus computadores, a internet, seu tráfego aéreo, a estrutura rodoviária, navios de containeres e assim por diante, quase tudo vem do setor estatal, incluindo fármacos, técnicas gerenciais, e assim por diante. Não desenvolverei o tópico, mas há uma forte correlação através da história. Tais são os métodos de desenvolvimento.

Os métodos neoliberais criaram o terceiro mundo, e, nos últimos 30 anos, eles levaram a desastres na América Latina e no sul da África, os locais que aderiram mais rigorosamente a eles. Mas houve crescimento e desenvolvimento no Leste Asiático, região que não os seguiu, seguindo, ao invés, o modelo dos próprios países ricos atuais. Bem, há uma chance que isso comece a mudar. Finalmente há esforços dentro da América do Sul – infelizmente não na América Central, a qual foi muito devastada pelo terror dos anos 1980s, particularmente. Mas na América do Sul encontramos, da Venezuela à Argentina, o lugar mais interessante do mundo. Após 500 anos, há um começo de esforço para superar tais enormes problemas. A integração que está tendo lugar é um exemplo.

Há esforços da população indígena. Em alguns países, pela primeira vez em séculos a população indígena está realmente começando a ter um papel muito ativo nos seus próprios assuntos. Na Bolívia eles conseguiram assumir o país, controlar seus recursos. Isso também está levando a uma democratização significativa, a uma democracia real, na qual a população participa. Assim, eles assumiram para si mesmos uma Bolívia – é o país mais pobre da América do Sul (o Haiti é o mais pobre do hemisfério). Houve uma eleição democrática real no ano passado, de um tipo que você não pode imaginar nos Estados Unidos, ou na Europa, no que diz respeito. Houve participação popular massiva, e as pessoas souberam quais eram as questões. As questões eram claras e muito importantes. E as pessoas não participaram apenas no dia da eleição. Eram coisas pelas quais elas estavam lutando por anos. De fato, Cochabamba é um símbolo disso.

* Transcrição de uma palestra perante o Boston Meeting of Mass Global Action (http://japanfocus.org/products/details/2298), em 15 de dezembro de 2006, publicado em Chomsky.info (http://www.chomsky.info/talks/20061215). Extraída do site http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3454, em 22/01/2007.

** Tradução de César Schirmer dos Santos

Em Foco II

Alternativas latino-americanas

Em meio às dificuldades da ALCA, projeto estratégico de Washington, avançam o Mercosul expandido e a ALBA - possíveis embriões de um comércio internacional de novo tipo

Emir Sader

Entre as regiões do mundo vítimas das políticas neoliberais, a América Latina ocupa um lugar de destaque. Nenhum dos projetos de integração regional escapou de seus efeitos destrutivos. As medidas de liberalização comercial e financeira aceleraram o controle do mercado interno de cada país pelas multinacionais norte-americanas e européias. Estas medidas também acentuaram a dependência das economias regionais em relação aos mercados externos.

No entanto, ao mesmo tempo em que os países da Europa e da América do Norte perseguiam seu processo de integração, projetos similares se desenvolviam, particularmente na América do Sul. Eles procuravam proteger, ainda que de maneira mínima, as economias da região das conseqüências negativas da globalização. Nas décadas de 1980 e 90, sugiram dois projetos antagônicos: o Mercosul, integrado inicialmente pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai; e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que reuniu EUA, Canadá e México.

Washington tinha a ambição de estender o Nafta ao resto do continente. Quase no momento em que o bloco foi formalizado, e em que o Chile foi apresentado como o primeiro candidato a se integrar a ele, a crise mexicana de 1994 levou o Congresso dos EUA a não oferecer à Casa Branca o chamado "fast track" ("via rápida). Ela dá ao Executivo o direito de negociar acordos comerciais com outras nações, limitando os poderes do Legistivo a aceitar ou rejeitar, em bloco, eventuais tratados.

Nascimento e declínio da ALCA

O governo norte-americano teve, então que apelar para um projeto que havia ficado na gaveta: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Configurou-se assim um campo de enfrentamento entre um projeto de integração latinoamericano e outro do conjunto do continente, em que a diferença - substancial - era a participação dos EUA nesta última. Representando 70% do PIB do total dos países, eles transformavam a ALCA em ferramenta de consolidação de sua hegemonia, jamais em processo de integração.

Eram tempos de extensão quase que ilimitada dos modelos neoliberais, dos quais a ALCA seria o complemento funcional.

Essa tendência foi fortalecida com a crise brasileira de 1999, em que a brusca e grande desvalorização da moeda brasileira afetou diretamente a balança comercial com a Argentina, golpeando diretamente os graus de integração logrados no Mercosul.

No entanto, paralelamente foi se intensificando uma tendência nova: a vitória e evolução ideológica de Hugo Chavez na Venezuela, a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, de Nestor Kirchner, em Buenos Aires, e, mais tarde, de Tabaré Vázquez, em Montevidéu.
A Venezuela, especialmente depois da vitória de Chávez sobre a oposição, no referendo revogatório de 15 de agosto de 2004, conquistou um espaço importante e se aproveitou para oxigenar o processo de integração. Este se deu, por um lado, através da constituição de uma espécie de coordenação da integração, entre os presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela - as três principais economias da América do Sul.

Esta coordenação promoveu reuniões setoriais entre ministros do setor energético, do de políticas sociais e da área econômica. Diversos acordos form firmados, sobre temas de comécio, energia e defesa. Para ficar apenas num exemplo, Chávez anunciou, em 2004, que a Venezuela, que importa, para sua indústria petroleira, 5 bilhões de dólares de bens e serviços nos Estados Unidos, realizaria, a partir de então, 25% destas compras no Brasil e Argentina. Ao fazê-lo, conquistou aliados de circunstância nestes dois países, ainda que as opções destes difiram sensivelmente de sua perspectiva radical.

Mercosul ampliado e Comunidade Sul-americana Ao final de 2005, a Venezuela ingressou como membro pleno do Mercosul. Após a vitória eleitoral de Evo Morales em La Paz, o coordenador geral do bloco, o argentino Chacho Alvarez, anunciou que proporia o ingresso da Bolívia, na mesma condição. Começava assim a se dissipar a dualidade entre o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações. Nascida por iniciativa do Brasil, em 8 de dezembro de 2004, em Cuzco
(Peru), esta era vista com reservas pelo governo de Kirchner, que se inclina pela expansão do Mercosul como prioridade. Foi em Cuzco, durante o encontro, que Chávez, em seu linguajar cheio de imagens, sugeriu uma consigna: "A política como locomotiva, o social como bandeira, o econômico como trilho e a cultura como combustível"Ao mesmo tempo, o governo venezuelano multiplicou iniciativas setoriais - como a Petrosul, a TVSul, a PetroCaribe, entre outros - e desenvolveu uma iniciativa estratégica de alianças com Cuba - a chamada Aliança Bolivariana para as Américas. Em documento assinado em abril de 2005, em Havana, os governos de Cuba e da Venezuela lançam uma modalidade superior de integração, entre economias que podem partir de um nível superior de identificação, sobretudo a partir do momento - em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em que Hugo Chavez anunciou a adesão de seu governo ao que chama de "socialismo do século XXI".

A ALBA é uma proposta de integração que se fundamenta na montagem de mecanismos para criar vantagens cooperativas - no lugar das supostas "vantagens competitivas", paradigma
das teorias neoliberais de comércio internacional. Já as vantagens cooperativas procuram reduzir as assimetrias existentes entre os países do continente. Elas apóiam-se em mecanismos de compensação, a fim de corrigir as disparidades de níveis de desenvolvimento entre os países da região. Têm na Venezuela e em Cuba seus grandes motores: a primeira com os recursos do petróleo, a segunda principalmente com os recursos de educação, saúde e esportes.

ALBA, contraponto ao "livre" comércio

A ALBA pretende ser o contraponto da ALCA. Pretende integrar economias dissímiles desde baixo, envolvendo a todos os atores econômicos e sociais - como cooperativas, pequenas empresas, empresas públicas, empresas privadas grandes, médias e pequenas -, priorizando o atendimento de problemas essenciais para a massa da população, como alimentação, moradia, indústria e meio ambiente. Enquanto que a ALCA não diferencia entre países grandes e pequenos, entre países com grandes recursos naturais, financeiros, energéticos e os outros, acentuando mecanismos em que ganham os mais fortes - neste caso, os EUA. Além disso, a ALCA pretende impor aos paises critérios de segurança jurídica que favorecem as grandes corporações multinacionais, não se dispondo a atender aos paises mais fracos.

A ALBA não subsidia, mas fomenta créditos, máquinas e tecnologias para empresas recuperadas, fábricas abandonadas em mãos dos seus trabalhadores, cooperativas, comunidades de pequenos produtores - industriais, de comércio ou de servicios -, empresas públicas. A ALBA recebe o apoio dos Estados em créditos, assistência técnica e jurídica, marketing e comércio internacional, enquanto a ALCA deixa tudo entregue às forças que dominam o mercado e as possibilidades financeiras dos grandes agentes econômicos.

Em abril de 2005, dezenas de acordos foram firmados entre Caracas e Havana. Neste momento, decidiu-se criar, na Venezuela, 600 centros de diagnóstico integral de saúde, 600 creches e 35 centros de alta tecnologia, para assegurar ao conjunto da população o acesso gratuito à medicina e saúde.

Também se decidiu a formação, por Cuba, de 40 mil médicos e 5 mil especialistas em tecnologias da saúde latino-americanos - além de 10 mil médicos e enfermeiros venezuelanos.

Prosseguiu a operação "Milagre", que já permitiu a milhares de venezuelanos recuperar lenamente a visão, graças a uma intervenção cirúrgica (operação de catarata) realizada em Cuba. Ampliada para toda América latina, esta operação poderia ter até 100 mil beneficiários - 800 uruguaios foram os primeiros.

Uma seqüência de acordos latino-americanos
De sua parte, a Venezuela decidiu abrir em Havana uma agência da empresa petroleira nacional (PDVSA) e uma sucursal do Banco Industrial da Venezuela. Os dois governos concederam preferências aduaneiras recíprocas para suas trocas comerciais. Cuba decidiu adquirir 412 milhões de dólares em produtos venezuelanos, o que poderia suscitar a criação de dezenas de milhares de empregos no país parceiro.

Se o "eixo estratégico" Caracas-Havana é alvo de críticas entre setores conservadores, inconformados por ver Cuba sair de seu isolamento, o desenvolvimento destas políticas de saúde é acompanhado com grande interesse pelo conjunto dos movimentos sociais do continente. Estas trocas constituem bons exemplos de comércio "justo": cada país oferece o que está pode produzir em boas condições, e recebe, em contrapartida, aquilo que precisa, independentemente dos preços no mercado mundial.

Trata-se de uma visão radicalmente diferente da que prevalece nos acordos bilaterais firmados por Washington com os países do continente - América Central, Chile, Uruguai, Peru e, em breve, Colômbia -, cujo resultado é acentuar as desigualdades, e graças aos quais os EUA, por seu peso determinante, consolidam posições que já lhes são estruturalmente favoráveis.Antes mesmo de sua posse em La Paz, no último 22 de janeiro, o novo presidente da Bolívia, Evo Morales, começou por Havana e Caracas uma viagem ao exterior que poderia abrir caminha a uma integração da Bolívia à ALBA. Algum tempo antes, havia sido criada a Petrocaribe, empresa destinada a oferecer a onze países da região petróleo a preços reduzidos e com facilidades de pagamento. Esta iniciativa do governo de Chávez procurava permitir aos países da região precaver-se contra a volatilidade e a escalada de preços do petróleo no mercado internacional, livrando-os parcialmente da pressão exercida por Washington para impor acordos bilaterais.

Ainda em estado embrionário, e sem prejulgar seu sucesso, a ALBA é uma tentativa ambiciosa de integração regional que escapa às lógicas de mercado. Não faltarão dificuldades, porque o objetivo é envolver países como Argentina, Brasil e Uruguai; provavelmente o México e talvez o Peru. As economias destes países são dominadas por empresas multinacionais, muito mais interessadas em manter sua fatia no mercado norte-americano e europeu que em um tipo de integração que pode privá-las deste privilégio.

Os presidentes destas nações já enfrentam grandes dificuldades para avançar nos marcos bem menos ambiciosos do Mercosul. São prova os conflitos entre setores patronais do Brasil e Argentina, que sabotam o processo de integração. Na verdade, a ALBA só pode se realizar entre governos decididos a desenvolver um projeto estratégico de grandes transformações estruturais internas, de maneira que as decisões que tomam envolvam efetivamente a economia de seus países.

Pela primeira vez, um chefe de Estado chileno foi convidado à posse de um presidente boliviano – e aceitou comparecer Ainda assim, algumas iniciativas emergem, preliminares de uma aliança entre países do continente. Como exemplos (não exaustivos), Chávez confirmou o investimento de 600 milhões de dólares da PDVSA no Uruguai, onde a empresa petroleira venezuelana trabalhará com sua homóloga, ANCAP, especializada em refino de óleo. Um acordo entre Caracas e Brasília permitirá a construção de uma importante refinaria no Nordeste brasileiro. Reunidos em 18 de janeiro, os presidentes Kirchner e Lula examinaram o projeto de construção de um oleoduto que, partindo da Venezuela, chegaria até a Argentina, passando pelo território brasileiro. A criação de uma grande companhia petroleira sul-americana, Petrosul, talvez não seja apenas um sonho.

A Telesur já funciona. Tendo como acionistas Argentina, Cuba, Uruguai e Venezuela, esta cadeia de televisão procura fornecer informação lationo-americana fora dos padrões das TVs privadas e da influência midiática vinda do Norte.

Quem sabe se esta esquerda, em sua multiplicidade e diferenças, não é capaz de conciliar irmãos inimigos"? Brasília tem excelentes relações com Santiago, mas também com Caracas - cujo presidente, Chávez, mantém laços estreitos com Evo Morales. Nos últimos dias de seu mandato, o presidente do Chile, Ricardo Lagos, aceitou participar da posse de Morales, em 22 de janeiro. Os dois países são protagonistas de uma das mais antigas disputas territoriais da América do Sul. Foi a primeira vez em que um chefe de Estado chileno foi convidado à posse de um presidente boliviano.

Extraído de www.diplo.com.br em 14/12/2006

Entrevista

Entrevista com o Ministro da Economia do Equador

ECUADOR: “Creemos en un nuevo gobierno progresista que apuesta al cambio a través de una revolución ciudadana

ENTREVISTA A ALBERTO ACOSTA

Cristiano Morsolin*

Alberto Acosta es quiteño y economista de profesión, siempre se vinculó con el movimiento intelectual de la izquierda política en el Ecuador. Fue asesor del Movimiento Pachakutik y de varios movimientos sociales. Docente, catedrático e investigador del Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (Ildis), de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) y autor de varios libros. Su temperamento y convicciones radicales las ha plasmado en investigaciones y editoriales sobre deuda externa, dolarización, explotación petrolera, integración energética y su última pasión: la emigración. Nos conocimos en enero del 2002 cuando yo trabajaba en Quito con Acción Ecológica – Oilwatch; Alberto Acosta es un punto de referencia con sus análisis sobre las luchas en contra de la explotación de las petroleras (http://www.voltairenet.org/article127827.html#article127827) como en contra del Tratado de Libre Comercio TLC (www.selvas.org:8080/download/TlcA.ACOSTA.doc).

Entrevistamos Alberto Acosta Espinosa, designado como Ministro de Energía en el Gobierno Correa que empieza este 15 de enero. Esta entrevista es muy importante porque se relaciona con el primer discurso tras jurar el cargo del nuevo Presidente de la Republica de Ecuador. Correa indicó que no habrá solución integral al problema de la deuda mientras no haya reformas al modelo financiero internacional. Por ello, consideró necesaria "una acción concertada de los países deudores para redefinir el criterio de sustentabilidad del servicio de la deuda, determinar la deuda externa ilegítima, así como promover la creación de un Tribunal Internacional de Arbitraje de Deuda Soberana".

Pregunta (P): ¿Puede presentar la conjuntura general a nivel social y económico en Ecuador?
Respuesta (R): Ecuador vive un momento que se caracteriza por el ingreso masivo de recursos provenientes de varias fuentes. En el escenario internacional, Ecuador en estos últimos años y particularmente en la actualidad, es especialmente favorable. Tenemos precios del petróleo muy altos que generan ingresos adicionales a la economía ecuatoriana. Estos ingresos petroleros además se han incrementado en el año 2006 de una manera vertiginosa. Se calcula que en 2006 hay un ingreso adicional de 900 millones de dólares y por el 2007 podría llegar incluso a los 2.000 millones de dólares (si se mantienen los precios actuales) por efecto de las reformas a la ley de hidrocarburos que permitieron una participación paritaria del Estado en las ganancias extraordinarias provocada por el incremento de los precios del petróleo. Esa participación paritaria, hay que decirlo, es todavía demasiado generosa para las empresas transnacionales. Hay demasiada generosidad del Estado Ecuatoriano para las empresas transnacionales pero eso esta provocando ingresos adicionales a la economía ecuatoriana. Luego el cumplimiento de la ley que dio paso a la caducidad del contrato con “Occidental” y la reversión de los campos del “Occidental” al Estado va a provocar también ingresos adicionales cuantiosos. La economía ecuatoriana también esta recibiendo un importante flujo de recursos provenientes del trabajo de nuestros compatriotas en el exterior. Los/las emigrantes están mandando cada vez mas dinero a la economía general. Según el Banco Central se estiman los ingresos de las remesas en 1.700 millones de dólares en el año 2005. El Banco Interamericano de Desarrollo BID calcula ingresos por 2.000 millones de dólares. Estos son entonces otros bienvenidos ingresos a la economía ecuatoriana. Un tercer monto de recursos que también fluyen a la economía ecuatoriana, tiene que ver con el incremento del endeudamiento externo privado. Cuando empezó la dolarización en el 2000, el endeudamiento externo privado bordeaba los 2,000 millones de dólares. En la actualidad estaría superando los 8,000 misiones de dólares. Entonces tenemos un nuevo ingreso por eso. En tercer lugar podríamos anotar el tema de los narcodólares, el lavado de dinero, los recursos que están entrando en una manera no planificada a la economía ecuatoriana en cantidades difíciles de determinar. Pondría yo a eso, adicionalmente también, un beneficio que se esta produciendo por el incremento de la demanda de los Estados Unidos en particular, y de

algunas economías como China y también la India, que están comprando productos primarios y eso beneficia el Ecuador en otro rubro, no solo petróleo, por el alza de los precios de estos productos. Adicionalmente yo incorporaría en esto también el proceso que se dio, sobretodo en meses recientes de deterioro de la cotización del dólar en relación al euro. Esa fue una suerte de depreciación del dólar en relación al euro, que tuvo el efecto de una devaluación lo cual alentó algo las exportaciones, ayudó a recuperar la competitividad. Sin embargo, la economía ecuatoriana en muchos aspectos está en un proceso de recensión. Sectores industriales, sectores agrícolas, sobretodo al sector campesino so se reactiva. El grueso de los recursos esta siendo canalizado a actividades de exportación primaria, petróleo mismo y otras actividades primarias que son muy reducidas en termino del impacto macroeconómico de generación del empleo y con muy poca vinculación, muy poco encadenamiento al resto de la economía. Ecuador está viviendo sin duda alguna, ya los efectos de la "enfermedad holandesa" que es algo que nos afecta gravemente y esto nos lleva a un planteamiento con el que quiero terminar esta primera intervención que al parecer se va a reactivar nuevamente todo un complejo proceso de efectos, de consecuencias relacionado con la abundancia de recursos naturales.
El Ecuador esta atravesando entonces una situación en la cual estamos viviendo la "maldición de la abundancia" y podríamos decir definitivamente que el Ecuador es un país pobre pero rico de recursos naturales y al ser rico de recursos naturales con una sociedad que no ha logrado integrar la actividad exportadora al resto de la economía, con una sociedad que no ha logrado que los ingresos que generan las exportaciones, se redistribuyan en una manera equitativa, con una sociedad donde no hay esquemas para fortalecer los procesos democráticos (http://www.voltairenet.org/article124357.html).Estamos viendo entonces que las características de esta sociedad se profundizan: el clientelismo, el autoritarismo, el rentismo, la voracidad de los grupos dominantes.

PREGUNTA: Con relación a Italia, tú participaste en un proyecto de investigación sobre la emigración ecuatoriana en Europa con la red "Transmigrared" (http://www.lainsignia.org/2006/septiembre/ibe_007.htm).
RESPUESTA: En los últimos 6 años como consecuencia de la grave crisis del 1999-2000, luego como resultado de la dolarización que agudizó las condiciones de vida, de pobreza, de miseria, de inequidad de la sociedad ecuatoriana, creció el número de ecuatorianos que se escapan de este "paraíso dolarizado". La economía no ha mejorado para la mayoría de la población y a pesar de todo lo bueno que mencioné inicialmente, no mejora la situación por la población y ese esta provocando una estampida migratoria y la gente no va solo a Estados Unidos sino también a Europa. El primer destino sigue siendo España y luego Italia. Tenemos comunidades de compatriotas que viven en Roma, en Génova, en Milano y en otras regiones de Italia. Este es un asunto que estamos tratando de analizar y de comprender.
PREGUNTA: En Milán los emigrantes ecuatorianos se han organizado en microempresas para salir adelante, un ejemplo de dignidad…
RESPUESTA: Los compatriotas en el exterior son personas que van a conseguir nuevas formas de vida. Porque se fueron? En definitiva porque en el Ecuador la política económica seguía la política neoliberal, los efectos del consenso de Washington, la deuda externa, el atraco bancario, la corrupción, la falta de democracia (porque no hay solo un déficit económico y social, hay un déficit de democracia - (http://www.voltairenet.org/article124540.html#article124540). Todo eso contribuyo a que se les roben el futuro a nuestros compatriotas. Estas personas salieron del país en una situación muchas veces desesperada y están desarrollando todas sus capacidades, están despertando lo que John Keynes decía "el espíritu animal", en sociedades donde los seres humanos pueden ser empresarios, pueden desarrollarse como ciudadanos y pueden ser trabajadores eficientes y eficaces, algo que no es posible en una sociedad autoritaria, rentista y oligárquica.

PREGUNTA: ¿Como ve el proceso de endeudamiento del Ecuador también en perspectiva de esta nueva comisión nacional de auditoria de la deuda externa?
RESPUESTA: En este momento, el proceso de endeudamiento va a entrar en una fase diferente y va a ser menos necesario controlar nuevos créditos de los organismos internacionales de crédito que nos prestaban dinero para pagar deuda. Ecuador se endeudaba para pagar deuda. Esto puede disminuir gracias a los nuevos recursos que esta recibiendo la economía ecuatoriana sobretodo del petróleo. Pero de toda manera se abre en este escenario diferente cuando esta ausente una propuesta sustentada en base de legalidad y legitimidad, la posibilidad que los ingresos adicionales de petróleo, una cantidad importante, se canalicen a la recompra de deuda externa, de bonos Global y esto se lo esta haciendo de una manera pre-anunciada, anticipando la recompra lo cual es además corrupto, un acto digno de la corrupción mas vil. En este contesto yo diría que es el otro de los riesgos, ahora que tenemos dinero vamos a recomprar anticipada la deuda beneficiando los tenedores de bonos. Queda claro que el tema de la deuda no lo vamos a resolver de la noche a la mañana y que los problemas van a seguir latentes. Podríamos imaginarnos, en caso hipotético, que con

los altos precios del petróleo, el Ecuador logre reducir sustantivamente su deuda externa. Pero puede ser que esto nos abre novamente la puerta a la contratación masiva de nuevos créditos no solo en el sector público sino también en el sector privado, como he mencionado. El endeudamiento externo privado pasó de 2.000 a más de 8.000 millones de dólares. La deuda externa publica esta en 11.000 millones de dólares, estable en los últimos 5-6 años. Ese es un dato que tenemos que tener en consideración porque el hecho de resolver o de pagar la deuda no es que elimina los riesgos de un nuevo masivo y corrupto endeudamiento, sino que lo agudiza, acelera un proceso de nuevo endeudamiento y eso es una de las tareas que debería tener presente la Comisión Nacional de Auditoria de la deuda externa que considero de las cosas mas importante e interesante de los últimos tiempos en el tema del manejo de la deuda externa. Hay que ver la creación de la Comisión de Auditoria de la deuda externa como el resultado de una presión de la sociedad civil. Distintas organizaciones sociales, movimientos indígenas, campesinos, profesionales, distintos fundaciones, hemos venido presionando por generar un ambiente de transparencia en el manejo de la deuda externa. Yo saludo y aplaudo la creación de esta comisión.
Ahora vemos si esta comisión esta adecuadamente organizada, preparada para asumir esto reto. No es cuestión de tener una comisión y creer que todo se va trasparentar; es posible que la comisión no tenga el peso político suficiente, es posible que no tenga el peso técnico suficiente si no esta apoyada por las personas que conocen de la materia. Con el nuevo Gobierno Correa tenemos que garantizar frutos adecuados porque creemos que la auditoria es una tarea fundamental. Yo diría a los Gobiernos de Italia y de España que están alertando procesos de canje de deuda para inversión social, deberían decir que esta deuda vamos a canjear pero hagamos primero una auditoria de esta deuda para que nos se trasforme en deuda corrupta, en míseros proyectos de desarrollo social.

PREGUNTA: La cancelación de la Deuda por Noruega abre un antecedente fundamental…
RESPUESTA: El caso de Noruega es una de las manifestaciones mas claras porque el Gobierno de Noruega llegó a determinar algunos elementos que le permitieron decir al Parlamento de Noruega que se trata de una deuda vergonzosa, por no decir abiertamente, una deuda corrupta. Es una deuda que no se adhirió a los marcos jurídicos existentes en Noruega para entregar créditos que luego sirven para el desarrollo de los países. Se prestó dinero no solo para que Ecuador compre unos pesqueros y otros países también y eso beneficia la comunidad de estos países sino para favorecer a los astilleros noruegos donde se fabricaban estos buques. Estos préstamos de Noruega a los países de llamado “Tercer mundo” no eran para beneficiar a estos países sino para beneficiar a sus astilleros, a sus propios industriales. En este sentido se atropellaron por procesos legales y estamos en una situación compleja. Lograr que esa deuda que Ecuador ya ha pagado en demasía, sigue allí presente. En este rato no puede ser anulada porque en el Club de Paris – que no existe legalmente, que no tiene ninguna base jurídica, no se puede anular esta deuda, tiene que entrar en un proceso de conversión de deuda y adicionalmente no sabemos donde están los buques, han desaparecidos…. No solo hay corrupción en el proceso dentro de Noruega sino también corrupción en el Ecuador porque la corrupción esta en los 2 lados: los deudores y los acreedores.
En este sentido creo que el Gobierno Noruego ha dado una señal histórica porque ha anulado esta deuda; así se va en contra del Club de Paris afirmando que esta deuda es corrupta y nosotros no cobramos esta deuda, no podemos trasformar esta deuda en inversión social. La corrupción no puede trasformarse en inversión social.

PREGUNTA: ¿Esta decisión anula la deuda por parte de Noruega puede ser un señal por toda Europa?
RESPUESTA: Exactamente. Cuando yo estuve en España en abril 2006 discutiendo el tema de la ley, estaba allí el compañero Riccardo Moro, Director de la Fundación “Justicia y Solidaridad” de Roma y planteamos la importancia de que cuando haya canje de deuda se haga primero una auditoria. Es complejo porque se va a descubrir que algunas veces la corrupción no solo esta en los países deudores sino también en los países acreedores. La corrupción no solo esta en el Gobierno de Quito o en los empresarios del Ecuador, a lo mejor puede estar también en el Gobierno de Roma o de Madrid, en los empresarios europeos o norteamericanos. Por eso es importante um proceso de auditoria porque en base a transparencia podemos ir abriendo el escenario de la deuda para encontrar soluciones que no solo deben encontrar una salida técnica financiera o económica, sino una salida sustentada en la legalidad y en la legitimidad.

PREGUNTA: ¿Una solución puede ser tu propuesta del Tribunal Internacional de Arbitraje?
RESPUESTA: Seguimos creyendo que este Tribunal internacional de Arbitraje elaborado juntos a Oscar Ugarteche, es una opción que puede beneficiar todos, incluidos los acreedores porque entre los acreedores hay personas que sufren de esta situación de inequidad de ilegalidad e ilegitimidad. Por ejemplo los cientos de miles de personas jubiladas en Italia que compraron, que le obligaron directamente a comprar papeles de deuda, bonos de deuda argentina y fueron fregados. Esto me recuerda aquel cuento de Charles Dickensen, el

novelista ingles, que escribió hace muchos años un cuento que es clásico, una historia de una Señora que heredó de sus padres lo que creía una gran fortuna, muchos papeles de la deuda de la independencia de los países de Latinoamérica, estamos hablando del siglo 19 y la Señora esperaba un día que estos papeles puedan ser
redimidos y ella pueda ser realmente una persona rica. Terminó siendo pobre y tubo que empapelar su cuarto con los bonos de la deuda de la independencia de los países de Latinoamérica. Algo de eso le pasó también a un importante número de italianos e italianas que colocaron sus ahorros en este tipo de bonos y eso creo que es negativo para todos. Hoy hay que generar un esquema que se sustente en la equidad, en la transparencia, en la legitimidad y en la legalidad.

PREGUNTA: ¿Qué análisis evidencia detrás de las movilizaciones de los movimientos sociales sobre el Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos y el Plan Colombia: que perspectiva tiene el futuro presidente Correa?
RESPUESTA: Correa puede dar respuestas importantes a los pueblos de Ecuador. Es una persona joven, capaz, con mucho carisma. Decidió llevar adelante una propuesta de cambio y cuenta con el respaldo de algunas fuerzas políticas y sociales que están comprometidas con procesos de transformación radical y revolucionaria y además tiene una serie di opciones y propuestas de inclusión para el País. El Gobierno Correa se inserta en un contexto internacional de cambio con la oportunidad de sintonizarse con movimientos de transformación profunda que hay en muchos países de Latinoamérica. No podemos firmar el Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos; no podemos seguir asegurando beneficios a las empresas transnacionales de petróleo, no podemos atender a las demandas de los acreedores de la deuda externa, no podemos vincularnos a la lógica bélica-guerreristica del Plan Colombia. Están en juegos muchas cosas importantes por construir una verdadera democracia en Ecuador. Creemos en un nuevo gobierno progresista que apuesta al cambio a través de una revolución ciudadana que vamos a construir juntos al Presidente Correa".

*Cristiano Morsolin, operador de redes internacionales y educador italiano. Co-fundador del Observatorio Independiente sobre la Región Andina SELVAS. Trabaja en Latinoamérica desde 2001.
16.1.2007
VERSÃO EM PORTUGUÊS DA ENTREVISTA ACIMA
ALAI, América Latina en Movimiento
2007-01-23
Internacional: Migracion, | Economía: Economia,Comercio,DeudaExterna,

Espaço Aberto

A Integração Latino-americana em questão

Déborah Schluckebier Freire e Rafael Oliveira dos Santos*

Qualquer análise minimamente séria com relação aos processos políticos na América Latina não pode deixar de mencionar a profunda relação desses processos com temas como subdesenvolvimento, miséria, má distribuição de renda e de recursos naturais (terra, água e etc.), colonialismo e imperialismo, mesmo que no século XXI. Tais temáticas constituem historicamente o chão das possibilidades e impossibilidades políticas da região. A questão da emancipação econômica, política e social mantêm-se até os dias atuais atrelada (de forma periférica e subalterna) aos interesses econômicos dos grandes capitalistas mundiais.
Na contemporaneidade a tradição da dependência se mantém reatualizando antigas relações de subalternidade. Não por acaso as reformas políticas, sociais e econômicas vêm sendo implementadas de acordo com as novas exigências do sistema econômico mundial. Alguns autores chegam a definir o atual contexto como de "desastre social na América Latina"[1]. Numa conjuntura onde as reformas neoliberais se

[1] SOARES, Laura Tavares. Pós Neoliberalismo 3: Crise Social e Alternativa Democrática na América Latina, seminário promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP)/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), setembro de 2002.

ampliam, a barbárie se naturaliza e fertiliza cada vez mais o declínio da esfera pública e sua conseqüente satanização do Estado que se desresponsabiliza da efetivação dos direitos conquistados pela população, sejam eles sociais ou trabalhistas.
Embora a efetivação dos direitos políticos e sociais, que são imprescindíveis a formação da cidadania dos indivíduos, na América latina nunca tenha chegado a ser plenamente efetivado[2] (pois nessa latitude sempre estivemos mais próximos de um Estado de mal estar Social do que de bem Estar Social), o que tem muitas implicações no decorrer da vida política latino americana, uma vez que pessoas não conscientes do seu papel de atuação e reivindicação, acabam cedendo lugar na participação do cenário político para outras pessoas que não as representam enquanto classe ou enquanto grupo político representativo. O que acabaram por gerar aqui, fenômenos que refletiam na vida política o nosso subdesenvolvimento econômico, como por exemplo os conhecidos coronelismo, caudilhismo e populismo.

Com a política neoliberal em cena na América Latina, tendo o Chile como experiência piloto para o mundo, seguido pela Bolívia em 853, este sendo hoje o país mais pobre da América do Sul, a reestruturação produtiva que o neoliberalismo exige, como retirar poder dos sindicatos, aplicar o capital de uma empresa não mais no aumento da produtividade, mas sim no mercado financeiro, e o sucateamento para a posterior privatização dos serviços mais básicos para a formação da cidadania, como educação e saúde, na tentativa de transformar tudo em mercadoria e o mundo, num lugar onde só exista lugar para quem possa consumir. Neste contexto entra toda a discussão que vem sendo travada em torno dos movimentos sociais contemporâneos, como a criminalização dos que não podem consumir (pobres), reformas universitárias, fiscais, sindicais, políticas e administrativas. Uma exigência neoliberal para retirar do Estado toda a sua função de promover o bem estar público e colocar tudo na mão da iniciativa privada. Este cenário começa a se alterar com a irrupção em cena de novos atores sociais que protagonizam uma série de movimentos contra as políticas neoliberais dos governos de seus países. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, o MST no Brasil, os movimentos indígenas do Equador e da Bolívia e representações de movimentos tradicionais como o sindicalista, impulsionam, ainda na década de 90 - embalados pelos protestos internacionais que se fortalecem a partir de Seattle – um processo de deslocamento da correlação de forças na região.

Estes movimentos contribuíram para que se evidenciasse o esgotamento das reformas implementadas pelos governos da região e consolidaram a necessidade de que se encontrassem alternativas a estes. É dentro deste novo cenário que se insere a primeira eleição de Hugo Chávez (1998). Dali para cá, foram eleitos candidatos ou frentes partidárias em vários países latino-americanos cujas plataformas indicavam planos de governo nos quais eram contestadas [3] – em alguns mais profundamente, noutros nem tanto – as doutrinas neoliberais. Entre o final de 2005 e precisamente até o dia 3 de dezembro de 2006, ocorreram 11 eleições no continente latino americano. A finalidade deste texto é pensar nos modelos que vêm se consolidando em alternativa ao neoliberalismo na região. Nosso enfoque, pela limitação do espaço deste boletim, será destinado a um breve balanço do que vem representando a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) como possibilidade de integração regional a partir de processos eleitorais.
O “bolivarianismo” tem suas raízes no período da independência do colonialismo Espanhol entre 1817 e 1824. Em 1826, Simon Bolívar - comandante das tropas de libertação da Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador - fez uma convocatória para os representantes dos países que recentemente haviam conquistado a independência para participarem da “Conferência do Panamá”, cujo objetivo era a criação de uma Confederação Pan-americana. O projeto de Bolívar de unidade política entrou em conflito com os interesses das oligarquias locais e com a oposição da Inglaterra e dos Estados Unidos, a quem não interessavam a integração. Após o fracasso da Conferência do Panamá, a América Latina fragmentou-se politicamente em quase duas dezenas de pequenos Estados soberanos, governados pelas aristocracias locais. O pan-americanismo de Bolívar foi vencido pela política do "dividir para dominar".
Hoje, a América Latina parece encontrar condições de acrescentar um novo capítulo a essa história. Ele começa a ser delineado em torno da ALBA. Como nomes fortes do processo de integração proposto pela Alternativa podemos citar Fidel Castro, expressão da revolução cubana e exemplo para outros líderes regionais; Hugo Chávez, da Venezuela - que vem utilizando o lucro obtido através do petróleo em programas sociais pelo fim das desigualdades de classe – e que já conta com o apoio do presidente equatoriano Rafael

---

[2] CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
[3] ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Correa e Evo Morales, indígena Aymara, líder cocaleiro da região do Chapari, em Cochabamba, presidente da Bolívia. Ali, para ser eleito, contou com o apoio das massas campesinas e operárias bolivianas, depois de um intenso processo de mobilização contra a privatização da água e pela nacionalização do gás, uma das principais fontes de recursos do país.
Quanto a ALBA, ela parte de uma proposta que põe ênfase na luta contra a pobreza e pelo fim da exclusão social. Ela se fundamenta além de outras coisas na tentativa de criação de mecanismos para permitir vantagens cooperativas que possibilitem compensar as diferenças estruturais existentes entre os países latinos americanos. Tem a sua base na construção de fundos compensatórios para que se possa corrigir as disparidades. A proposta da Alternativa Bolivariana para as Américas vê como prioridade à integração da América Latina e à cooperação entre os blocos sub-regionais. É necessária também a identificação de espaços e áreas de comum interesse para permitir a construção de alianças estratégicas e demonstrar posições comuns nos processos de negociações. Ou seja, formar um bloco forte, que não se foque prioritariamente nas questões de mercado, como a ALCA, NAFTA, UE, mas sim, um bloco que priorize principalmente o fim das desigualdades sociais[4]. Como visto até aqui, a conjuntura latino-americana com certeza absoluta mudou, a necessidade de um enfrentamento a ser feito contra o imperialismo estado unidense e a diminuição da desigualdade social são temas tratados em vários dos encontros e conferências políticas dos líderes locais. Cabe agora para nós, mais do que observar, nos tornarmos membros atuantes nas discussões e nas práticas revolucionárias que podem alavancar uma mudança social na América Latina, uma mudança social verdadeira, encabeçada pelas classes sociais subalternas e que precisam assumir o controle sobre seus próprios meios de sobrevivência.

Eleições
Quadro de resultados das eleições.
O Haiti entrou em processo eleitoral em fevereiro de 2006.
O processo foi marcado por vários conflitos sociais entre os partidários dos candidatos, e além disto a intervenção militar do Brasil, apoiada pela ONU e pelos Estados Unidos. O Presidente eleito, com menos de 50% dos votos válidos, foi René Préval, auxiliado pelo governo brasileiro que propôs a reavaliação dos votos em Branco.

- Chile
Tendo a sua relevância e projeção internacional por ser o primeiro país do mundo a iniciar as políticas neoliberais por ocasião da ditadura de Pinochet, o Chile realizou suas eleições presidenciais em 15 de janeiro de 2006. A eleição foi decidida em segundo turno, no qual Bachelet enfrentou o empresário Sebastián Piñera, do Partido Renovação Nacional, que é dono da TV Chilevisión, de construtoras, clinicas médicas e da companhia aérea LAN, conhecido também como o canditado da direita, em oposição aos autoproclamados socialistas. O processo Eleitoral representou uma continuidade da política vigente, uma vez que a ex-ministra da defesa, Michelle Bachelet, foi eleita pela coligação Concertación, a mesma que governa o Chile há 16 anos.

- Bolívia
Com mais de 70% de sua população da Bolívia sendo composta por indígenas, somente em 18 de dezembro de 2005, a Bolívia elegeu como presidente um membro desta etnia. Juan Evo Morales, o presidente eleito, um cocaleiro (agricultores que se dedicam ao cultivo da milenar árvore de coca), durante a campanha eleitoral, prometeu entre outras coisas, nacionalizar o gás e erradicar a cocaína da Bolívia. Evo representa para a região a resistência ao imperialismo, estado-unidense e o sub imperialismo brasileiro. O Partido dele, o MAS (Movimento ao Socialismo) tem o apoio de Hugo Chávez, considerado na América Latina como um ícone do bolivarianismo e da resistência contra a hegemonia estado -unidense na região.

- Brasil
As eleições no Brasil foram decididas em segundo turno no dia 29 de outubro, onde o Presidente Luis Inácio Lula da Silva foi reeleito obtendo uma vitória, com índice superior a 60% dos votos válidos, sobre Geraldo Alckmin do PSDB e ex governador de São Paulo, o Estado mais populoso do Brasil. Lula conduziu a sua campanha eleitoral, em meio a várias denuncias de corrupção que atingiram membros do seu partido. Apesar da terceira colocação, a Frente de Esquerda e sua candidata à presidência, a senadora Heloísa Helena, não foi possível evitar um processo eleitoral polarizado entre um bloco formado em torno de Luis Inácio Lula da Silva e um outro formado ao redor do PSDB e seu candidato.

[4] BOSSI, Fernando Ramón. III Encontro dos Povos, Mar del Plata, 3 de novembro de 2005.

- México
Eleição realizada em 2 de julho de 2006
Pleito eleitoral complicado; suspeitas de fraude. Os dois principais candidatos foram: Andrés Manuel Lopez Obrador: o maior nome da oposição contra o governo de Vicente Fox. Despertou o medo de uma possível aproximação, como presidente, dos governos da Venezuela e Cuba. Ex chefe de governo do Destrito Federal mexicano; Felipe Calderón: correligionário do presidente Fox, governista conservador. Obrador não reconheceu a derrota e continua a apontar fraudes no pleito realizado, onde perdeu por 0,56% (231 mil) dos votos.

- Colômbia
Eleição realizada em 28 de maio de 2006. Os Principais candidatos foram: Álvaro Uribe - atual presidente, propôs continuar o diálogo com os E.U.A. - e Carlos Gaviria - ex-juiz e senador, do Pólo Democrático Alternativo. Gaviria foi o principal nome da oposição e surpreendeu com um bom desempenho nesta eleição, inédito para a esquerda deste país.
Esta eleição foi marcada pelo grande número de abstenções, já que o voto na Colômbia é facultativo; um pouco mais da metade da população compareceu para escolher o presidente (54,8%). Isto quer dizer que, apesar da vitória, Álvaro Uribe foi aprovado por uma parcela muito pequena dos colombianos (27%).

- Equador
O Equador teve os seus últimos presidentes destituídos devido à denúncias de corrupção. Seu 1º turno foi conturbado: urnas eletrônicas defeituosas e resultado imprevisto, em meio a suspeitas de fraude, levando a decisão para o segundo turno, em 26 de novembro de 2006.
O candidato vencedor foi Rafael Correa – economista e aliado de Hugo Chávez. Promete instaurar uma Assembléia Nacional Constituinte para modificar a legislação e as instituições estatais. O candidato derrotado foi Álvaro Noboa - empresário, dono de uma exportadora de bananas e favorável ao livre comércio.

- Costa Rica
As eleições foram realizadas em 5 de fevereiro de 2006 Houve denúncias de fraude na eleição, por parte do PAC (Partido da Ação Cidadã), havendo recontagem de votos.
Os principais candidatos foram: Oscar Arias: ex-presidente e ganhador do prêmio Nobel da Paz (1987). Pertence ao Partido da Liberação Nacional. A favor o TLC (Tratado de Livre Comércio), visando o investimento estrangeiro. Otton Sólis: pertence ao PAC. Propôs renegociar o TLC, juntamente com a América Central e a República Dominicana pois, segundo Sólis, este tratado possui “cláusulas leoninas”.

- Nicarágua
A eleição neste país ocorreu no dia 5 de novembro. O processo eleitoral foi marcado por um clima de tensão e imprevisibilidade, onde durante as campanhas houve a polarização entre os dois principais candidatos: Daniel Ortega e Eduardo Montealegre; o primeiro, com o apoio explicito do Presidente da Venezuela Hugo Chavéz, e o segundo com o apoio do Governo Americano que chegou a ameaçar frear os investimentos no país diante uma vitória de Ortega. O sandinista Daniel Ortega venceu as eleições presidenciais da Nicarágua no primeiro turno. Ortega ficou nove pontos à frente de seu principal adversário Eduardo Montealegre do partido concervador. Ortega que liderou a revolução sandinista e lutou contra grupos paramilitares patrocinados pelos Estados. Ortega tomará posse em janeiro e desta vez na frente do país aposta em um discurso baseado em reconciliação e de crença em investimento estrangeiro.

- Peru
O processo eleitoral foi bastante conturbado, culminando em um segundo turno entre o polêmico Ollanta Humala, líder do Partido Nacionalista Peruano que recebeu apoio do presidente Hugo Chavéz e de Evo Morales - fato que gerou muitas críticas do governo e de líderes políticos peruanos que consideraram o apoio um caso de intervenção externa na política do país - e o ex-presidente Alan Garcia, do Partido Social Democrata, que ocupou de 1985 a 1990 a presidência do país e teve um mandato marcado por uma grande crise econômica, que também não contava com o apoio pleno da potência americana que no primeiro turno apoiou a candidata Flores. O segundo turno das eleições presidenciais do Peru ocorreu no dia 4 de Julho de 2006 e Alan García saiu vitorioso batendo o nacionalista Ollanta Humala, anos depois de o seu primeiro mandato.

- Venezuela

A Venezuela é a maior produtora de petróleo do mundo e uma das maiores forças militares da América latina. Hoje com o advento da plataforma política Bolivariana que mescla a ênfase em programas sociais e no desenvolvimento nacional e regional, se tornou também uma liderança política e cultural inegável na região. A Eleição neste país ocorreu dia 3 de dezembro, e Hugo Chávez deu continuidade a sua administração que já dura 8 anos. Chávez venceu com grande vantagem porcentual sobre o seu opositor. O candidato derrotado foi Manuel Rosales, empresário e atual governador do rico estado petroleiro de Zulia, reúne a maioria da oposição e tem a simpatia e apoio do governo americano nesta eleição.

* Bolsistas-pesquisadores do PROEALC

El debate sobre el Sandinismo en Nicaragua.

En este trabajo, Francois Houtart, antiguo colaborador de CLACSO, plantea una interesante reflexión sobre la izquierda en Nicaragua que se contrapone en algunos aspectos a la nota de Ernesto Cardenal publicada también en esta página. 29-10-2006

¿Existe una izquierda en Nicaragua?

Francois Houtart

La Jornada

En vísperas de las elecciones, uno puede preguntarse si existe realmente una izquierda en Nicaragua. Sin embargo, esta interrogación sobrepasa las fronteras de esta nación centroamericana y plantea el problema del conjunto de los países latinoamericanos. En la campaña electoral nicaragüense se presentan de manera predominante cuatro partidos políticos: dos liberales y otros dos que se refieren al sandinismo. Los dos partidos liberales son claramente de derecha. Se trata, por una parte, del partido Alianza Liberal Nicaragüense, que tiene como candidato a Eduardo Montealegre, y el otro es el Partido Liberal Constitucionalista, del cual José Rizo es su candidato. El primer partido está ligado con el actual presidente de la república, Enrique Bolaños, un terrateniente y empresario de origen conservador, y el otro se sitúa como la herencia de Arnoldo Alemán, de siniestra reputación. La división entre estos dos partidos es más personal que ideológica. El de Montealegre tiene una base tradicional de tipo clientelista mucho más grande que el otro partido liberal.

A pesar de los esfuerzos de Estados Unidos para llegar a la unidad de los dos partidos liberales, lo que podría llevar a la victoria electoral de la tendencia políticamente cercana de ellos y económicamente en acuerdo con la lógica neoliberal, las dos organizaciones no han podido reunirse hasta el momento. Frente a la división de la oposición sandinista, tal unidad podría garantizar la consolidación del proceso actual.

Las corrientes sandinistas son representadas por el Frente Sandinista y por el Movimiento de Renovación Sandinista (MRS). Este último está gratificado en los sondeos de más o menos 15 por ciento de los votos. El MRS se presenta como una fuerza de izquierda, inspirada por la gran tradición de la lucha de Augusto César Sandino. De hecho, las declaraciones de sus dirigentes y los documentos del partido no permiten estar muy seguro de su carácter de izquierda. El candidato a la presidencia es un antiguo alto funcionario del Banco Interamericano de Desarrollo y tanto la política interna como las posiciones frente a la coyuntura latinoamericana de hoy, no ofrecen muchas garantías en este sentido.

Sus principales críticas al Frente Sandinista son el autoritarismo que prevalece en el interior del partido (danielismo), la falta de ética de varios dirigentes, la alianza dudosa que se realizó con el partido del ex presidente Alemán (el Pacto) y su reconciliación a sentido único con una jerarquía eclesiástica que no reconoce ningún error. No hay duda que estas críticas son, en gran parte, pertinentes. No obstante, tendrían más credibilidad si el MRS presentara una real perspectiva de izquierda, como es el caso del Partido del Socialismo y de la Libertad en Brasil. No se puede acusar al movimiento de ser, como se ha dicho, un lacayo de Estados Unidos. Sin embargo, no hay duda que el hecho de dividir la oposición no puede sino favorecer el proyecto imperial sobre la región. Es lo que se manifestó con la visita en septiembre del senador Burton (tristemente famoso por la ley Helms-Burton, que refuerza el embargo contra Cuba), donde marcó claramente el deseo de encontrarse sólo con el partido liberal de Montealegre y con el MRS. Analizar la situación en términos de izquierda no permite abandonar un análisis de clase. De hecho, el MRS es, ante todo, iniciativa de

clase media y media alta, con personajes de alto nivel intelectual y moral, donde la dimensión ética inmediata predomina sobre lo político.

Por su parte, el Frente Sandinista ha sido perjudicado por varios factores. El primero fue la falta de ética de varios de sus dirigentes presentes y pasados. La segunda razón fue la lógica de las alianzas políticas constituyentes de la democracia parlamentaria, a fin de garantizar partes de poder, que llevaron a contradicciones insoportables política y éticamente. Empero, el Frente Sandinista cuenta con un apoyo popular real. Tiene también un programa de gobierno más claramente de izquierda que incluye una aproximación con el eje progresista latinoamericano. En la situación actual de Centroamérica, tal aspecto político es fundamental frente a la dominación neoliberal promovida por los intereses estadunidenses aliados con las clases compradoras en América Central. A título de conclusión podemos proponer algunas consideraciones. De hecho, no existen partidos realmente de izquierda en Nicaragua, pero el que se acerca más a esta perspectiva es el Frente Sandinista. Dejar la vía abierta al triunfo del liberalismo político en el país y de la línea neoliberal de Estados Unidos en la región sería suicida para los que quieren construir una sociedad sobre otras bases, es decir, una alternativa de izquierda.

La problemática nicaragüense plantea además un problema de base: ¿cuál es la lógica de la democracia parlamentaria, que en su funcionamiento mata los fines (transformar la sociedad) para privilegiar los medios (acceder al poder), este último transformándose en un fin? Es la lógica electoral que se impone, los partidos (aun los que se llaman de izquierda) actúan en función de las elecciones y olvidan tanto la reflexión de fondo sobre lo que es un proyecto de izquierda como la formación de sus cuadros.

Las elecciones nicaragüenses permiten también reflexionar sobre la importancia central de la ética en política, lo que se puede situar a tres niveles. En primer lugar, la ética de la vida, es decir, como lo dice Enrique Dussel, la producción, la reproducción y el desarrollo de la vida humana. El sistema actual es un factor de muerte. En Nicaragua sus efectos son dramáticos. Frente a un desarrollo espectacular de 15 a 20 por ciento de la población, se ha creado una vulnerabilidad fuerte de la clase media y una extensión de la miseria y de la pobreza en el campesinado y en las poblaciones urbanas del sector informal. Es el conjunto del sistema neoliberal que construye este modelo, no solamente su sistema económico, sino también político y cultural. La lucha contra el neoliberalismo es el imperativo moral más importante. Se trata del nivel ético que tiene que orientar todos los otros y que constituye la base de cualquier izquierda.

La ética interna a los sistemas políticos (partidos) es un segundo nivel que tiene también su importancia. La opinión popular es severa en este sentido. La falta de ética política ha tenido un precio, tanto en Brasil como para el Frente Sandinista en Nicaragua. Se trata, tanto de la organización democrática interna como del rechazo de todas las prácticas de corrupción o de alianzas que contradicen los principios. El tercer nivel es la ética personal de los actores políticos. Hemos visto en muchos casos, y particularmente en Nicaragua, que también esta ética importa y que el precio político de su ausencia puede ser alto.

Ninguna duda que para una posición de izquierda, los tres niveles de la ética cuentan. Sin embargo, es el primer nivel el que debe ser la base fundamental de todo juicio político. Los dos otros tienen que ser reivindicados de manera permanente, pero en subordinación al primero. Eso tiene consecuencias para las elecciones en Nicaragua, donde el acento puesto por el MRS sobre los dos últimos niveles de la ética podría acabar con el primero, es decir, una victoria de la derecha.

http://www.clacso.org.ar/difusion/institucional/asuntos-institucionales-yjuridicos/opiniones/resena.2006-10-30.5928922836/view

Oaxaca resiste

Num estado empobrecido do México, movimentos sociais enfrentam paramilitares e exército e propõem, como alternativa ao governador corrupto, um regime de assembléias populares

Anne Vigna

"Estamos diante da maior operação militar desde a operação contra o levante zapatista de 1994. Se trata de um desembarque por via aérea, terrestre e marítima." Esse comentário data do dia 3 de outubro, e é assinado pelo jornalista Hermann Bellinghausen no periódico mexicano La Jornada. Nesse dia, os comandos especiais

da marinha desembarcavam em Huatulco e Salina Cruz, no estado de Oaxaca, apoiados pelo navio de guerra Usumacinta, 1500 marinheiros 20 helicópteros M-18 e M-17, aviões Hércules e C-12, além de vários tanques. Juntamente com as forças especiais do exército e da polícia federal preventiva (PFP), o dispositivo total contou com cerca de 20 mil homens. Helicópteros e aviões sobrevoam durante vários dias a capital do Estado, a "zona de combate", o centro histórico, as barricadas, os edifícios ocupados pelos "rebeldes". Embaixo, homens e mulheres gritam diversos insultos e os ameaçam de punho em riste. Mais uma vez, é através do uso da força que o governo mexicano responde a um levante popular. E mais uma vez, a chegada massiva das forças armadas não calará uma população em revolta contra um governo considerado repressor, corrompido e eleito de forma fraudulenta em 2005: Ulises Ruiz, filiado ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) que governou o México durante 71 anos.

O estado de Oaxaca e, em particular, sua capital – de mesmo nome - , vivem desde 22 de maio de 2006, um conflito social que se agravou após a repressão organizada, no dia 14 de junho, por Ruiz (saldo de 92 feridos) contra a seção do sindicato dos professores (SNTE), dissidente da direção nacional, que mobiliza cerca de 70 mil professores em greve. Desde então, a reivindicação principal desses "maestros" não mudará: "Volta às aulas, cinco dias depois da demissão do governador". Eles foram reunidos pela Assembléia Popular e Permanente de Oaxaca (APPO) – a quase totalidade das organizações sociais do estado. Um milhão e trezentos mil alunos estão sem aula há seis meses. Ocupação de prefeituras e edifícios públicos, de hotéis e do aeroporto, campanha de desobediência civil pacífica, radicalização...Apesar da união da população e um bloqueio completo das atividades do Estado, Ruiz se recusa a pedir afastamento do cargo.

Um pacto conservador ampara o governador corrupto Desde o início, o governo federal de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN, de direita liberal), mostrou-se incapaz de resolver a questão. O desenrolar dos fatos ocorre paralelamente ao conflito pós-eleições que ainda estremece o México, logo após a suspeita eleição de Felipe Calderón (PAN) no dia 2 de julho, para a presidência da república [1]. Proposto no dia 5 de outubro pelo Secretário de governo, Carlos Abascal, o primeiro plano de negociação ("Pacto pela governabilidade, pela paz e pelo desenvolvimento do estado de Oaxaca") recomenda uma nova constituição para o Estado, uma reforma do sistema judiciário, uma série de estímulos econômicas e um compromisso de respeitar os direitos humanos. Nada se fez com relação à reinvidicação principal: a demissão do governador.

Os interesses que impedem que o Fox "ofereça a cabeça" do governador não têm a ver com o conflito local. Estão ligados à eleição presidencial manipulada. A decisão dos juízes do Tribunal Federal Eleitoral a favor de Felipe Calderón desencadeou um amplo movimento popular, inédito na história do México e dirigido por Andrés Manuel Lopez Obrador, o candidato "derrotado" do Partido Revolucionário Democrático (PRD, de esquerda). Segunda maior força política do país, o PRD não reconhece o novo executivo [2]. Ou seja, o único apoio real do qual Calderón dispõe para seu governo (que terá início em 1º de dezembro deste ano) é a aliança selada no congresso em setembro passado entre o PAN e o PRI, primeira e terceira força política, respectivamente. "Calderón precisa do PRI para governar e fazer passar as 'reformas estruturais' que Fox nunca conseguiu aprovar. Mas ele também precisa do PRI para tomar posse perante o congresso no dia 1º de dezembro", explica o analista Luis Javier Garrido. Um dos objetivos da resistência civil organizada é justamente o de impedir essa posse.

A investidura de Calderón acontecerá somente com o apoio parlamentar do PRI, que acabou reconhecendo a "vitória" do PAN. Em troca, o PRI defende com unhas e dentes um de seus bastiões mais tradicionais: Oaxaca. Mas pode pagar muito caro, em escala nacional, pela defesa do governante contestado. "Em dois anos Ulisses Ruiz ordenou o assassinato de 35 dirigente sociais, e prendeu mais de 200, acusa Florentino Lopez, um dos porta-vozes da APPO. Ele desviou milhões de pesos destinados a obras sociais para as campanhas eleitorais do PRI e para suas próprias empresas". O governador que o antecedeu, José Murta (PRI) mandou prender 60 dirigentes. Atribuem-se a ele também quatro mortes e 15 feridos a bala. Sessenta por cento dos membros do seus gabinete fazem parte da equipe de Ulisses Ruiz. Sob suas ordens, grupos paramilitares e a polícia local atacam todos os dias as cerca das 1.500 barricadas erguidas na capital (3 mil em todo o estado), os 80 prédio públicos e 12 estações de rádio e televisão ocupados pela população.

Em busca de um pretexto para liquidar a insurreição

Desde junho, foram contabilizadas quatro mortes e o seqüestro de oito dirigentes, que reapareceram alguns dias depois na prisão. Todo o arsenal repressor foi montado há seis meses para dividir, aterrorizar e enfraquecer o movimento social. De acordo com o Raul Gatica, refugiado político no Canadá e porta-voz do Conselho Indígena Popular de Oaxaca – Ricardos Flores Magón (CIPO – RFM), "o governo procura destruir,

em primeiro lugar, as barricadas, porque são espaços de orgnização e debate do movimento; o outro alvo são as rádios, por meio das quais nos comunicamos com a população".

Os atos de violência não desencadeiam nenhum tipo de investigação de amplitude federal. As duas grandes emissoras de televisão – a Televisa e a TV Azteca — "pintam" os militantes da APPO e da seção 22 do sindicato dos professores como fora-da-lei perigosos e armados. Ulisses Ruiz e o PRI querem o envio de forças policiais federais para "reestabelecer a ordem e punir os líderes". Em 3 de outubro, os militares "desembarcam" no estado... O presidente Fox declara que "a trangressão da lei deve sempre ser impedida e punida".

Diante de uma repressão que parece iminente, pois as negociações ainda não terminaram, Oaxaca se torna a Comuna de Oaxaca". No entanto, o fim da ofensiva parece próximo. Os militares não entram nas cidades. "Vicente Fox não pode terminar um mandato com essas graves violações dos direitos humanos, mas o objetivo era intimidar", estima o Onésimo Hidalgo, pesquisador do Centro de Investigações Econômicas e Políticas de Ação Comunitária (Ciepac) e autor de diversos livros sobre a militarização de Chiapas após insurreição em 1994 [3]. No entanto, apenas 3000 fuzileiros da marinha retornaram, no dia 12 de outubro, às suas casas no norte do país. Os demais não deixarão tão cedo o local: a militarização do estado de Oaxaca se confirma, e os habitantes da zona rural coletam víveres para os grevistas.

"A partir de agora, a estratégia é encontrar algum pretexto para que o exército se faça presente nas comunidades rurais, analisa Hidalgo. O pretexto pode ser um plano de urgência contra os furacões, a presença de grupos armados, ou a luta contra o narcotráfico e as migrações clandestinas. Eles nunca admitiram que se trata da militarização do território, mas é a mesma estratégia que a desenhada para controlar Chiapas". Uma das regiões mais ricas (e empobrecidas...) do México.

De fato, Oaxaca assemelha-se em vários aspectos com o seu vizinho Chiapas, militarizado desde a insurreição zapatista. Um território altamente estratégico e rico em recursos naturais, uma forte presença indígena e um nível de pobreza entre os mais elevados do país. Os 16 povos indígenas (1,6 milhões de pessoas) que constituem mais da metade da população do estado (3,4 milhões) sempre souberam bem o que é a discriminação.

Professores das zonas rurais marginalizadas, os integrantes da seção 22 estão entre os mais mal-pagos do país. Há 26 anos, lutam por salários e pela melhoria de suas escolas. Aproximadamente 460 dos 570 municípios do estado não possuem serviços de base (água, saneamento, eletricidade) e as atividades principais que mais ocupam ainda são a agricultura e a exploração das riquezas naturais. Oaxaca dispõe da região mais rica em biodiversidade do México: florestas, costas, lagos, montanhas, plantas raras, vários tipos de milho. No subsolo, encontra-se petróleo, urânio, carvão, ferro, ouro, prata, chumbo e mercúrio. De 1540 até o começo do século 20, as minas de Oaxaca responderam por metade da produção nacional de outro e prata. Mesmo assim, durante esse período, a extração desses metais não chevaga a ultrapassar 10% do seu potencial estimado [4]. Por fim, Oaxaca possui água em abundância para a hidroeletricidade e é um dos locais mais favoráveis em todo o mundo para a energia eólica, ao sul do istmo de Tehuantepec [5]. A exploração desses recursos está programada desde 2001, como parte do Plano Puebla Panamá [6]. Esse plano "de desenvolvimento" de inspiração neo-liberal, amplamente contestado pelos movimentos sociais, pretende criar infraestruturas (estradas, portos, barragens, etc) para a implatação de atividades econômicas. Ele acaba de ser relançado por Calderón presidente eleito (e contestado), durante uma visita feita em outubro à América Central.

A importância geoestratégica do estado de Oaxaca complica de maneira singular a resolução do conflito atual. As populações indígenas e as comunidades rurais representadas pela APPO querem gerir seus próprios recursos naturais, pois têm instrumentos legais para tal. O direito a uma organização política própria é uma reivindicação constante, tanto no campo quanto na cidade. "Trata-se do direito à autodeterminação dos povos, ou seja, à administração política dos nossos territórios e à gestão de nossos recursos naturais, explica Carlos Beas, um dos porta-vozes da União das Comunidades Indígenas da Norte do Istmo (Ucizoni), membro da APPO.

Muitas experiências de organização comunitária

Em Oaxaca, há muitas experiências em matéria de organização comunitária, social e política. O comércio equitativo espandiu-se fortemente na forma de cooperativas, que praticam uma forma de autonomia. As reivindicações são semelhantes às expressas em Chiapas dez anos atrás. Mas entram em conflito com a

política que Calderón deseja implantar. A militarização do estado de Oaxaca não é uma grande surpresa: ela confirma a posição agressiva do executivo frente aos movimentos socias que se multiplicam por todo o país. Recorrer às forças policiais é, com freqüência, a "resposta" do governo Fox, acompanhada de graves violações dos direitos humanos [7]. Se tomarmos como referência a experiência dos países latino-americanos e a história do México, caminhamos diretamente para um confronto crescente entre duas concepções políticas e econômicas distintas. "Trata-se de uma polarização entre os excluídos e uma classe privilegiada que concentra a riqueza e que influencia a vida política", avalia Neil Harvez, professor de ciências políticas da Universidade do Novo México. Cada vez mais, "Calderón irá satisfazer os meios econômicos que deram apoio à sua campanha". Oaxaca antecipa a ingovernabilidade pela qual o México poderia passar durante a presidência contestada pela oposição a Calderón. A aliança deste com o PRI e o mundo dos negócios pode provocar novos conflitos. As forçar armadas conseguirão, então, apagar o fogo das variadas rebeliões?

Tradução: Márcia Macedo

[1] Ler Ignacio Ramonet, “Parar a esquerda”, Le Monde Diplomatique-Brasil, agosto de 2006.
[2] Uma "Convenção nacional democrática" que reuniu mais de um milhão de pessoas no Zócalo, praça central da Cidade do México, no dia 16 de setembro, aclamou Obrador "presidente legítimo do México". Este anunciou o início do governo paralelo.
[3] Ler Tras los pasos de una guerra inconclusa: 12 años de militarización en Chiapas, Enésimo Hidalgo, Ciepac, México, 2006.
[4] Ler Los minerales estratégicos de Oaxaca en el contexto del mercado mundial, Julio César Cabrera, Ciesas, México, 2006.
[5] Ler, “Les vents dorés de l’Isthme”, Systèmes solaires, Paris, julho agosto de 2005.
[6] Ler Braulio Moro, “Plano Puebla-Panamá: a nova colonização”, Le Monde Diplomatique-Brasil, dezembro de 2002.
[7] Em abril de 2006, na siderúrgica Lazaro Cardenas, ocupada por operários, dois deles foram mortos pela polícia. Em abril, em San Salvador Atenco, em um ataque contra um grupo de zapatistas, a repressão fez dois mortos, 47 mulheres estupradas e 211 presos, dos quais 29 ainda não estão em liberdade.
Extraído de www.diplo.com.br em 14/12/2006

Expediente
Reitor
Profº Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profº Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitoria de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Colaboradores
Renata Mena Brasil (FSS/UERJ)
Talita Freire Moreira (FSS/UERJ)
Verônica Massari Calvente (FSS/UERJ)
Débora Schluckebier Freire (IFCH/UERJ)
Rafael Oliveira dos Santos (FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores